



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –
Campus Anápolis
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA:
UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA PARA
A JUVENTUDE POBRE BASEADA NA
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA**

SUZANA MEDEIROS DE SOUZA AGUIAR

Luciana Campos de Oliveira Dias (Orientadora)

Anápolis, GO
2019



Créditos sobre as imagens estão referenciados ao final do material.



Sequência didática: uma proposta de formação crítica para juventude pobre baseada na pedagogia histórico-crítica de Suzana Medeiros de Souza Aguiar & Luciana Campos de Oliveira Dias está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AGUIAR, Suzana Medeiros de Souza

A282s Sequência didática: uma proposta de formação crítica para juventude pobre baseada na pedagogia histórico-crítica – – Anápolis: IFG, 2019.
31 p. : il. color.

1. Pedagogia – História e crítica. 2. Juventude – Formação crítica. 3. Educação.
- I. DIAS, Luciana Campos de Oliveira orient.. II. Título.

CDD 370.7

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
O que é um produto educacional.....	05
Diretrizes de uma Sequência Didática.....	06
Pedagogia histórico-crítica como norte para a Sequência Didática	10
OFICINA 01: Mundo do Trabalho	13
OFICINA 02: Educação.....	15
OFICINA 03: Política.....	17
OFICINA 04: Legalização das Drogas.....	20
OFICINA 05: Programa Bolsa Família.....	26
Conclusão.....	29
Referências.....	30

APRESENTAÇÃO

A Sequência Didática ora apresentada se constitui como um produto da pesquisa de mestrado intitulada “O Ensino Médio e o desafio da formação crítica de jovens pertencentes a comunidades empobrecidas” e foi desenvolvida pela mestrandia responsável pela pesquisa, bem como com o auxílio de sua orientadora e os sujeitos jovens participantes do estudo. Seu desenrolar se deu no âmbito do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Anápolis e faz parte do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

O objetivo que norteia esse estudo é investigar como, a partir do desenvolvimento de uma sequência didática, a educação pode contribuir para a formação crítica e ativa dos jovens que frequentam o espaço educativo e que vivenciam sua condição juvenil de forma precarizada. Os sujeitos da pesquisa foram jovens que frequentam o ambiente escolar, cursam o ensino médio diurno, com inscrição sócio histórica que os localiza em territórios pobres e periféricos. Especificamente nos termos dessa pesquisa, as atividades dessa sequência didática foram aplicadas por meio de oficinas em um Centro de Ensino Médio na região administrativa de Santa Maria no Distrito Federal e emergem como sugestões para serem trabalhadas com jovens em situação sócio educacional equânime.

Dessarte, o presente estudo considera a temática da juventude como uma categoria sócio histórica e cultural; trata a condição da juventude pobre como estrato das relações sociais produtoras de violação de direitos na sociedade regida pelo capital. Em relação à escola, a pesquisa se debruça sobre as fragilidades do ensino médio como etapa da educação básica que tem sido marcada historicamente pela dualidade formativa. Esta dualidade engendra-se de forma estrutural no interior do sistema educacional do Brasil que está organizado de forma a atender eficazmente os interesses da classe hegemônica que historicamente domina as relações sociais.

Portanto, as atividades integrantes dessa sequência didática foram pensadas sob o ponto de vista da formação crítica que coadunam com as proposições de uma educação transformadora, democrática em que todos são chamados a participar. Uma educação calcada no homem e na mulher livres, racionais, críticos, capazes de promover transformações nas estruturas histórico-culturais da sociedade (FREIRE, 2005).

O QUE É UM PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional na área de ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pressupõe em sua formação o desenvolvimento de produtos educacionais a serem aplicados no âmbito educativo com vistas à melhoria da Educação Básica. Tal entendimento é apresentado por um recente documento daquela Coordenação, que dispõe de um relatório de avaliação dos produtos educacionais desenvolvidos no último quadriênio área, asseverando a necessidade do desenvolvimento de produtos educacionais relevantes não apenas no âmbito da educação, mas também no âmbito social.

Atendendo às orientações desse documento, o produto educacional resultante dessa pesquisa de mestrado profissional se enquadra na categoria de proposta de ensino e na modalidade de sequência didática.

Um dos critérios de avaliação dos produtos oriundos dos cursos de Mestrados Profissionais diz respeito ao impacto social, ou seja, se os produtos são capazes de refletir na melhoria das condições sociais da excludente sociedade brasileira.

É importante salientar que, segundo o documento supramencionado, as pesquisas na área de ensino necessitam enveredar pelo véis da formação crítica, a fim de contribuir com soluções práticas e viabilizar tal formação no ensino médio. Logo, sendo essa SD fruto de uma pesquisa que trabalha diretamente com jovens que estão finalizando o ensino médio em escolas de região periférica, é imprescindível o desenvolvimento de produtos educacionais que lhes confira centralidade no processo de ensino aprendizagem.

Dadas as condições objetivas da educação, onde os estudantes têm acesso, espera-se que as atividades propostas no produto educacional permitam a reflexão crítica acerca do cenário social dos jovens e da comunidade de inserção.

DIRETRIZES DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Durante a presente pesquisa foi possível perceber que um anseio frequente no relato dos estudantes diz respeito às aspirações quanto ao futuro e, tanto a escola quanto os estudantes, enxergam o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília – PAS/UnB como instrumentos necessários para acessar a almejada educação técnica ou superior. Nesse sentido, apesar de creditarem à educação um papel importante para um futuro promissor, os jovens não se sentem suficientemente preparados com a educação que receberam no ensino médio.

Assim, percebeu-se que um fator motivador para a participação dos estudantes nas aulas é o debate de temas atuais, com a abordagem de conteúdos presentes em provas de larga escala (ENEM e PAS/UnB, por exemplo). A escola de ensino médio, objeto da presente pesquisa, prevê em seu Projeto Político Pedagógico – PPP o Projeto Geração, onde são destinadas aulas semanais para os estudantes do primeiro ao terceiro ano, visando prepará-los “para o futuro, o exercício da cidadania e visualizando com mais clareza as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, estudos subsequentes, ensino superior ou a formação em nível técnico” (SEDF, 2018, p. 43).

[...] mostrar aos jovens recém saídos do ensino fundamental que o ensino médio pode e deve ser interessante e prazeroso; que têm de criar uma consciência crítica a respeito do mundo que os cerca para saber analisar as informações transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação e, principalmente, torná-los cidadãos plenos e conscientes de seus direitos e deveres e aptos a encararem os mais variados desafios que a vida adulta irá impor-lhes (SEDF, 2018, p. 44).

Portanto, como produto educacional pensou-se no desenvolvimento de uma SD orientada a partir das contribuições dos jovens estudantes partícipes da pesquisa, com norte para a discussão de temáticas atuais e de abordagem em avaliações de larga escala. A proposta é que essa SD seja destinada às aulas de Projeto Interventivo – PI, onde se dá o Projeto Geração.

Longe de ser uma proposta de ensino tecnicista, de aplicação em larga escala, a SD aqui proposta foi pensada e destinada em prol de uma demanda particular dos jovens estudantes sujeitos do presente estudo, pois, a metodologia de ensino efetivada “se inscreve numa perspectiva construtivista, interacionista e social que supõe a realização

de atividades intencionais, estruturadas e intensivas que devem adaptar-se às necessidades particulares dos diferentes grupos de aprendizes” (DOLZ et al., 2004, p. 110). Ou seja, o objetivo (claro) da proposta é atender os anseios dos estudantes por debater temas atuais e os anseios da escola preocupada com a formação crítica e integral dos mesmos.

Os documentos norteadores do fazer pedagógico que a escola segue fazem referência à necessidade da criação de uma consciência crítica no alunado. Logo, o trabalho com a SD ganha maior representatividade, já que “é um modo de o professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais” (ARAÚJO, 2013, p. 323). Ou seja, uma metodologia que conversa, ao mesmo tempo, com a proposta do projeto interdisciplinar da escola e com a realidade objetiva de jovens pertencentes às comunidades periféricas.

Portanto, é importante entender que “o termo SD surgiu em 1996, nas instruções oficiais para o ensino de línguas na França, quando pesquisadores viram a necessidade de superação da compartimentalização dos conhecimentos no campo do ensino de línguas” (GONÇALVES; FERRAZ, 2016, p. 126). A partir daí, muitas foram as adaptações realizadas para a utilização da SD não apenas no ensino das línguas, mas nas mais variadas áreas do conhecimento.

Oficialmente, o termo em questão surgiu no Brasil a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), sob a forma de projetos e atividades sequenciadas.

Na SD aqui proposta, os próprios estudantes sugeriram os temas de comento, participando ativamente da construção desse produto educacional. Nesse ponto, é preciso levar em consideração que:

[...] as sequências didáticas apresentam uma grande variedade de atividades que devem ser selecionadas, adaptadas e transformadas em função das necessidades dos alunos, dos momentos escolhidos para o trabalho, da história didática do grupo e da complementaridade em relação a outras situações de aprendizagem da expressão, propostas fora do contexto das sequências didáticas. É a partir de uma análise minuciosa da produção inicial que o professor poderá adaptar a sequência didática a sua turma, a certos grupos de alunos de sua turma, ou ainda, a certos alunos. (DOLZ, *et. al.*, 2004, p. 110).

Nesse viés, respeitam-se as características peculiares do alunado, atentando para a diversidade de níveis de conhecimento e vivências trazidas para o contexto escolar e que se reverberam como fator enriquecedor para os debates que emergem. O princípio da

comunicação dialógica é, assim, ponto de partida para essa concepção metodológica, uma vez que:

O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer (FREIRE, 2004, p. 116).

Ou seja, o respeito à opinião do outro (educador ou educando) perpassa o percurso metodológico da SD, que traz como princípio o saber ouvir e o saber falar. Tal concepção de ensino-aprendizagem se desenha na medida em que se percebe que o estímulo de tal prática no grupo de jovens é condição essencial para a formação de uma consciência e um pensamento crítico.

Na proposta em questão, a dimensão social estaria contemplada nas temáticas de abordagem nas oficinas, sempre voltadas para o cunho social através, principalmente, de atividades culturais. Assim, o objetivo seria levar uma proposta de formação para os estudantes do ensino médio que contribua para sua formação crítica por meio de uma prática pedagógica que incentive o lugar de fala dos jovens e promova um ambiente educacional dialógico e reflexivo.

A dimensão da cultura é aqui evocada no sentido de permitir aos jovens estudantes o uso de um recurso que lhe é próprio por afinidade. Dayrell (2009, p. 19), por exemplo, destaca que “o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil”. Portanto, utilizar o teatro, a música, a dança e as artes plásticas nas oficinas seriam estratégias motivadoras para a participação do público atendido, tendo em vista que os jovens serão convidados a atuar ativamente no desenvolvimento dessas atividades.

A escolha por se trabalhar com SD se deu em virtude dessa metodologia de ensino se constituir como um “conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18).

Por meio das SDs também é possível tanto desenvolver um trabalho tradicional focado na exposição passiva de conteúdos, quanto um trabalho articulado que permita o diálogo multidirecional entre professores e estudantes (ZABALA, 1998).

A SD, para ser validada de modo a colaborar com a ação educativa, necessita contemplar uma variedade de atividades no processo de ensino-aprendizagem, buscando abordar conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Nesse sentido, Zabala (1998, p. 61) destaca a presença de algumas atividades que caminham nesse sentido, tais como: “diálogo, debate, trabalho em pequenos grupos, pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, elaboração de questionários, entrevista etc.”, uma vez que uma proposta de ensino que caminhe para a educação integral do indivíduo necessariamente se preocupa em desenvolver as diferentes capacidades do ser humano.

Para tanto, quando da avaliação de propostas de ensino, aquele autor atenta para a necessária relação com o objetivo principal da educação: a promoção da aprendizagem. Têm-se, então, algumas atividades fundamentais para validação da sequência didática, sendo necessário questionar se: possibilitam determinar os conhecimentos prévios dos estudantes; propõem conteúdos de forma significativa ou funcional; levam em consideração o nível de desenvolvimento dos estudantes; permitem criar zonas de desenvolvimento proximal; provocam conflito cognitivo; motivam a participação dos estudantes; estimulam a autoestima discente; e, possibilitam o desenvolvimento da autonomia de aprendizagem do estudante.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO NORTE PARA A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A base epistemológica e metodológica seguida na SD foi a Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011) – pressuposto teórico do Currículo em Movimento (SEDF, 2014) das escolas públicas do Distrito Federal. Tal perspectiva pedagógica dialoga com os teóricos que sustentam a relação trabalho-homem – constructo que fundamentou as reflexões impetradas no decorrer da presente pesquisa.

Gasparin (2012), ao criar um roteiro segundo o qual seria possível colocar em prática, de forma dialética, as bases conceituais da Pedagogia Histórico-Crítica, estabeleceu o seguinte itinerário: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final – etapas que funcionam ciclicamente, não tendo um fim em si mesmo.

A **prática social inicial** é o ponto de partida da metodologia. Aqui, os objetivos e o conteúdo são apresentados. Tem-se aí o primeiro contato dos estudantes e do professor com o conteúdo; o ponto de partida das discussões; o momento de se expor o que se sabe, as aprendizagens e vivências anteriores, o que se traz de fora para o ambiente escolar em relação ao conteúdo proposto; e, o professor e os alunos já sabem, no ponto de partida, em níveis diferenciados. Considera-se o conhecimento prévio e as relações mediatas e imediatas que permeiam a relação estudantes-objeto de estudo (GASPARIN, 2012).

A **problematização** se constitui como o “elemento-chave na transição entre a prática e a teoria” (GASPARIN, 2012, p. 33). É o momento de estimular a análise da realidade percebida na prática social inicial com base em questionamentos e situações-problemas que contribuam para uma aprendizagem significativa. Um ponto importante é dar evidência sobre como as questões levantadas se relacionam com a prática social nas diversas dimensões (social, política, econômica, científica, histórica, cultural, ética, estética, afetiva etc.) que emergem na problematização, de acordo com a ênfase dada ao conteúdo.

Na etapa de **instrumentalização** se consolida a construção do conhecimento científico com base na confrontação entre estudantes e conteúdo, de modo que a aprendizagem resulta da interação recíproca entre quem aprende e o conhecimento que é aprendido. Assim, “a instrumentalização é o caminho pelo qual o conteúdo sistematizado

é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional” (GASPARIN, 2012, p. 51). Não é uma forma de aprendizagem neutra, passiva e pragmática. Ao contrário, tem-se explícita a intencionalidade pedagógica de formação crítica ao incorporar a dimensão reflexiva na consolidação da aprendizagem.

O momento da **catarse** é direcionado para a elaboração concreta e sintética do que foi aprendido. Dada sua dimensão subjetiva, é difícil definir, por ocasião da interação com a fase anterior, em que momento ela se inicia. Sobre a questão, Gasparin (2012, p. 124) atenta que “a catarse é a síntese do cotidiano e do científico, do teórico e do prático a que o educando chegou, marcando sua nova posição em relação ao conteúdo e à forma de sua construção social e sua reconstrução na escola”. Ou seja, é nesse momento que o educando posiciona seu novo nível de aprendizagem, sua nova postura mental, em relação ao conteúdo trabalhado.

Para finalizar, a **prática social final** é o momento de retomada do conteúdo estudado, onde se consagra um ponto de partida para uma nova prática social, em um movimento constante e dialético da aprendizagem. A prática social é o ponto de chegada e o ponto de partida da aprendizagem, embora o que distinga a inicial e a final seja o nível superior em que esta última se consolida. Aqui, os estudantes são incentivados a colocar em prática seus novos conhecimentos, para além da sala de aula; ou seja, esta fase é para o educando “a expressão mais forte que de fato se apropriou do conteúdo, aprendeu, e por isso sabe e aplica” (GASPARIN, 2012, p. 142). Esse é o diferencial de uma metodologia de ensino comprometida com a transformação social.

O constructo aqui obtido trata-se, portanto, de uma proposta didática que permite aos educadores e educandos o exercício do diálogo democrático, do questionamento via problematização, do aprendizado teórico, da percepção da realidade, da reflexão sobre o contexto social e, principalmente, do exercício do pensamento crítico.

Ancorado no materialismo histórico-dialético, Gasparin (2012, p. x) propõe o movimento dialético, que “consiste em partir da prática, ascender à teoria e descer novamente à prática, não já como prática inicial, mas como práxis, unindo contraditoriamente, de forma inseparável, a teoria e a prática”. E ao propor essa didática à Pedagogia Histórico-Crítica, aquele autor deixa claro que sua proposta é uma das possíveis entre tantas possibilidades engendradas pela referida Pedagogia.

Portanto, uma característica ímpar dessa didática para o ensino é o seu caráter dialético, que pode ser representado pelo Gráfico 1, a seguir.

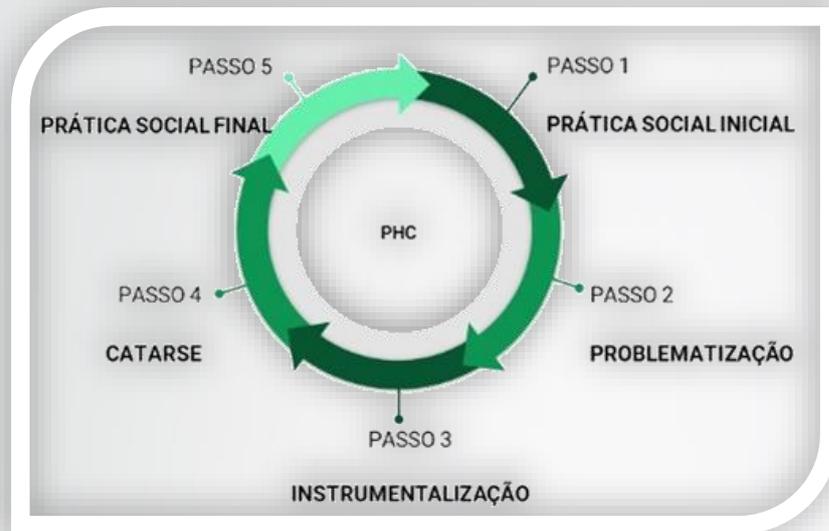


Gráfico 1: Pedagogia Histórico-Crítica.
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Trata-se, enfim, de uma proposta que conversa com o princípio da prática-teoria-prática como forma de sistematizar o conhecimento e viabilizar um planejamento concreto dos conteúdos escolares. E no viés de concretude a essa teoria, por meio das oficinas aqui realizadas, a seguir, se tem o delineamento da proposta de intervenção pedagógica emergente.

Tendo por base o constructo apresentado sobre a metodologia didática da Pedagogia Histórico-Crítica, a SD aqui apresentada caminha no sentido de atender aos propósitos de uma educação comprometida com a formação de uma consciência crítica nos jovens estudantes, buscando, conseqüentemente, se comprometer com a transformação social.

OFICINA 01: MUNDO DO TRABALHO

❖ Objetivo Geral

- ✓ Compreender a forma como o trabalho se relaciona com as atividades econômicas e pessoais dos jovens.

❖ Objetivos Específicos

- ✓ Distinguir trabalho de emprego e sua relação com o mundo do trabalho;
- ✓ Identificar as problematizações imbricadas na relação trabalho *versus* remuneração.

❖ Percurso didático:

- ✓ **Prática social inicial:** realizar a dinâmica intitulada “Tempestade de Ideias” onde os estudantes são convocados a exporem suas percepções, conceitos e opiniões em torno da palavra “trabalho”.
- ✓ **Problematização:** Para problematizar o debate relacionado à distinção entre trabalho e emprego, apresentar o curta-metragem El Empleo (2011) considerando a forma como o trabalho é apresentado na animação. Buscar problematizar as relações de exploração e os sentimentos que a animação desperta no que se refere ao trabalho.



Figura 1: El Empleo
Fonte: El empleo, Youtube, 2011.

- ✓ **Instrumentalização:** distribuir entre os estudantes a definição etimológica da palavra trabalho e incitá-los ao debate.

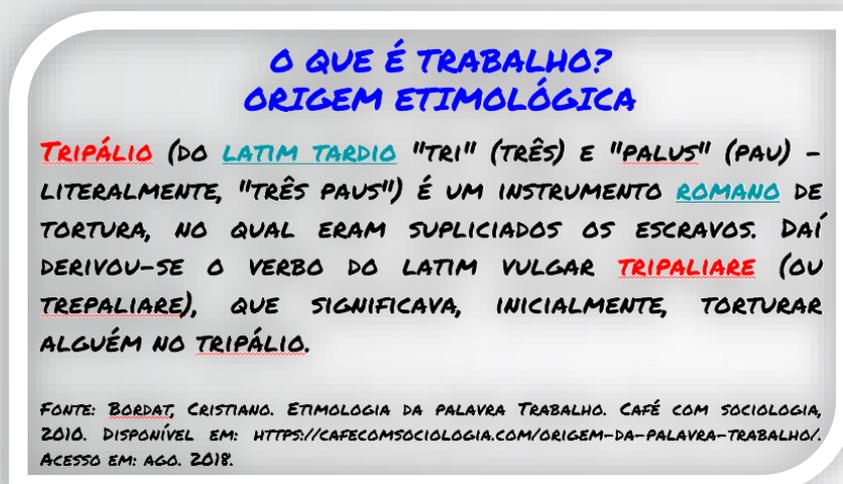


Figura 2: Origem da palavra trabalho
Fonte: Bordat, 2010.

- ✓ **Catarse/Síntese:** Solicitar que os estudantes se reúnam em grupos e realizem a distinção entre trabalho e emprego segundo seus próprios conhecimentos. Em seguida, convidá-los a socializarem as conclusões a que chegaram. Durante o debate esclarecer sobre a vinculação entre o emprego e a atividade remunerada, propriamente dita. Demonstrar que nem todo trabalho é exercido através de remuneração.
- ✓ **Prática Social Final:** Convidar os jovens a refletirem sobre qual seria um salário considerado bom. Nesse momento, buscar realizar um comparativo entre as profissões, inclusive debatendo a relação entre qualificação e remuneração. Utilizar para isso exemplos da remuneração de artistas famosos com a qualificação e remuneração de professores. Instigá-los a darem outros exemplos em que ocorre essa discrepância da entre a qualificação e a remuneração.



OFICINA 02: EDUCAÇÃO

❖ Objetivo Geral

- ✓ Compreender a importância e a influência da educação para a transformação social do país.

❖ Objetivos Específicos

- ✓ Identificar o papel das políticas públicas na melhoria da educação destinadas às camadas populares;
- ✓ Produzir relatos escritos e debates sobre as mudanças necessárias no cenário educacional vivenciado.

❖ Percurso didático:

- ✓ **Prática social inicial:** Realizar uma dinâmica onde coloca-se em um recipiente as palavras escola, professores, estudar e educação repetidas quantas vezes forem necessárias para contemplar o número de estudantes da turma. Solicitar os estudantes que sorteiem um papel, leia-o e diga a primeira coisa que aquele conceito lhe remete. Ir anotando no quadro as respostas que surgirem. Ao final, analisar as respostas com os estudantes, questionando a pertinência das mesmas com a temática da educação.
- ✓ **Problematização:** iniciar um debate sobre a condição das escolas públicas na região onde moram. Apresentar gradualmente durante o debate os seguintes questionamentos: que tipo de escola nós temos? São escolas ideais? Que problemas encontramos nessas escolas? Qual a diferença entre escola pública e privada? Qual a opinião dos estudantes sobre as mudanças no Ensino Médio? Para que serve o Ensino Médio?



- ✓ **Instrumentalização:** apresentar um vídeo elucidativo sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55, aprovada em 2016, que reduz os gastos públicos em saúde e educação por 20 anos. Em seguida realizar um esclarecimento de dúvidas e debate a respeito dos temas tratados no vídeo.

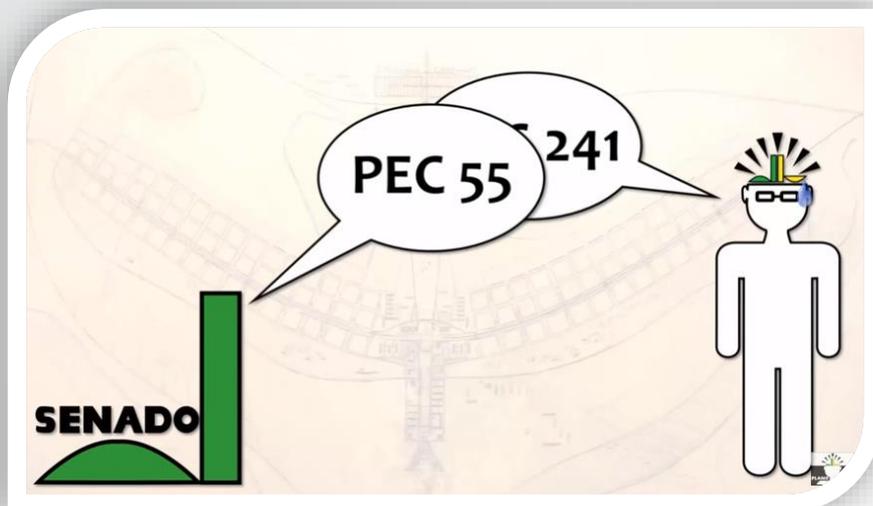


Figura 3: O que é a PEC 241/55?
Fonte: O que é a PEC 241/55, Youtube, 2016a.

- ✓ **Catarse/Síntese:** Distribuir um cartão aos estudantes e solicitar que respondam por escrito e individualmente a seguinte pergunta: “Se você pudesse mudar algo na educação, o que mudaria?”.
- ✓ **Prática Social Final:** Dividir a turma em grupos de 5 participantes para debater as sugestões feitas pelos colegas quanto à pergunta realizada.



OFICINA 03: POLÍTICA

❖ Objetivo Geral

- ✓ Compreender a importância do debate de ideias contrárias para o amadurecimento de opiniões e desenvolvimento do senso crítico.

❖ Objetivos Específicos

- ✓ Estudar as concepções políticas sobre direita, esquerda e centro;
- ✓ Debater ideias contrárias tendo como pano de fundo a temática da política;
- ✓ Exercitar a expressão de ideias e o respeito à opinião do outro.

❖ Percurso didático:

- ✓ **Prática social inicial:** apresentar o tema a ser debatido e as regras que se fazem necessárias para dar celeridade a um debate.
- ✓ **Problematização:** questionar aos jovens o que eles pensam ser a esquerda e a direita em termos de política. Definir quem se auto intitula de esquerda ou de direita e entregar um cartão preto para a direita, branco para a esquerda e amarelo para os neutros ou sem opinião formada. Na sequência, apresentar um vídeo explicativo que esclarece a cerca dessa temática.

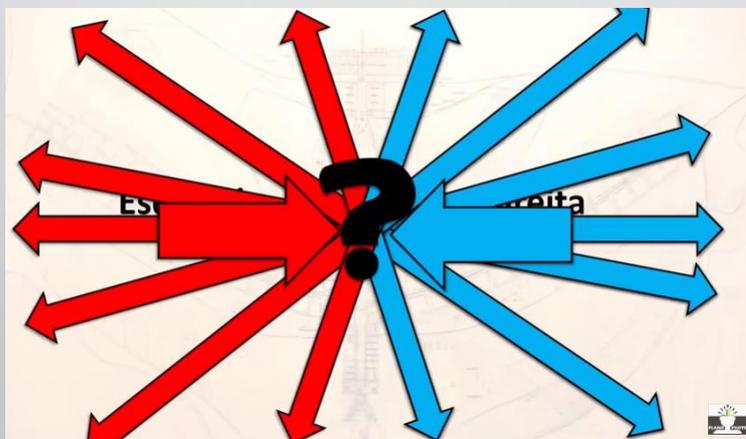


Figura 4: O que é Esquerda e Direita?
Fonte: O que é Esquerda e Direita, Youtube, 2016b.

- ✓ **Instrumentalização:** desenvolver a dinâmica adaptada do júri simulado, conforme a seguir. Explicar que a dinâmica, conforme o nome sugere, vai simular um júri onde os estudantes serão colocados na posição de advogados de defesa e acusação, simultaneamente. Escolher duas figuras representativas do cenário político da esquerda e da direita. Para a atual conjuntura política, usaremos o Lula, para a esquerda, e o Bolsonaro, para a direita. Os estudantes que se auto intitularam de esquerda irão defender o Bolsonaro e acusar o Lula. Os estudantes que se auto intitularam de direita irão defender o Lula e acusar o Bolsonaro. Ou seja, serão colocados para defender o candidato oposto às suas convicções e acusar o candidato com o qual se identifica. A ideia é levar os grupos a refletirem sobre as ideias contrárias às suas convicções pessoais. Os estudantes que escolheram o amarelo, ou seja, que não tem um lado ou uma opinião definida, comporão o júri e serão responsáveis por julgar a atuação dos dois grupos contrários. Estipular o prazo de 15 minutos para que os estudantes se reúnam em grupos e acessem a internet ou procurem outros professores para levantar pontos positivos e negativos em relação ao réu que irá defender e ao réu que irá acusar. Nesse momento, os jurados irão transitar entre os colegas observando a forma como se dá a atuação de cada grupo. Ao final do prazo, reunir a turma e dispô-los de forma oposta com o júri sentado ao fundo da sala. Conduzir a dinâmica de forma que cada grupo tenha a sua vez de defender sua tese inicial e apresentar as réplicas e trélicas de forma intercalada. Em seguida, solicitar ao júri que se retire da sala para, reunidos em grupo, decidirem pelo veredicto. Essa equipe ficará responsável por ponderar as colocações dos dois grupos e decidir pelo vencedor, ou seja, o grupo que melhor expôs seus argumentos. Ao retornar, solicitar que um representante do júri exponha o veredicto o explique as motivações para tal.



- ✓ **Catarse/Síntese:** Solicitar que um representante de cada equipe faça uma auto avaliação da atuação de seu grupo durante o debate. Nesse momento, permitir que a turma faça contribuições para a fala do colega.
- ✓ **Prática Social Final:** Solicitar que os estudantes respondam, de forma anônima, o cartão abaixo com uma avaliação quanto ao debate. Em seguida, expor no mural da sala as contribuições para socializar com a turma.

AVALIAÇÃO DO DEBATE	
Pense sobre o debate e responda as seguintes reflexões:	
1) Você teve a oportunidade de ser ouvido pelos colegas?	
2) Você acha que deu aos seus colegas a oportunidade de falar?	
3) Você se sentiu respeitado em suas opiniões pelos colegas? Por quê?	
4) Você acha que esse debate te ajudou a pensar melhor sobre suas opiniões políticas? Por quê?	

Figura 5: Avaliação do Debate
Fonte: elaborado pela autora, 2018.



OFICINA 04: LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

❖ Objetivo Geral

- ✓ Compreender as implicações políticas, sociais e econômicas envolvidas no debate sobre a descriminalização das drogas no contexto brasileiro.

❖ Objetivos Específicos

- ✓ Distinguir as terminologias de proibição, descriminalização e legalização do contexto das drogas;
- ✓ Debater a temática levando em consideração as problemáticas vivências na vida cotidiana dos estudantes.

❖ Percurso didático:

- ✓ **Prática social inicial:** apresentar o tema a ser debatido e os objetivos propostos nesta aula. Questionar os estudantes sobre a diferença entre proibição, descriminalização e legalização das drogas.
- ✓ **Problematização:** apresentar, através de slides, as diferenças básicas entre a proibição, descriminalização e legalização das drogas.

The figure consists of four slides arranged in a 2x2 grid. The top-left slide is a title slide with a decorative green floral border and a dark green background. The top-right slide is titled 'PROIBIÇÃO (OU CRIMINALIZAÇÃO)' and features an image of handcuffs and marijuana leaves. The bottom-left slide is titled 'Descriminalização' and features an image of a police officer. The bottom-right slide is titled 'Legalização' and features an image of a person at a desk.

PROIBIÇÃO, DESCRIMINALIZAÇÃO OU LEGALIZAÇÃO

PROIBIÇÃO (OU CRIMINALIZAÇÃO)

Produzir, vender e portar drogas, em qualquer quantidade, é crime. Em geral, atividades ligadas à produção e à distribuição são punidas com prisão. As penas relacionadas ao uso costumam ser mais brandas, mas em muitos países também levam à cadeia. A compra e venda pode ser autorizada por órgãos específicos, quando comprovado o uso com finalidades religiosas, medicinais ou científicas. Este modelo visa diminuir a oferta das drogas proscritas, com o intuito de aumentar seu preço e reduzir o consumo (SALLES, 2015).

Descriminalização

Usuários flagrados com pequenas quantidades de drogas (para uso pessoal) recebem, no máximo, penas administrativas, como multas de trânsito. Essas quantidades geralmente são estabelecidas por regulamento ou lei própria, como no caso de Portugal, que permite o porte de até 25 gramas de maconha. Portar grandes quantidades de drogas, ou vendê-las continua levando à prisão. A descriminalização pode ser feita alterando a lei ou o modo como os juízes a interpretam. Esse modelo visa reduzir danos para usuários e dependentes e concentrar esforços na prevenção e no combate à oferta (SALLES, 2015).

Legalização

O governo estabelece regras para o comércio de cada droga, impondo restrições de idade, locais e horários, por exemplo, e/ou exigindo registro e autorizações especiais para compra e venda. Geralmente, quanto mais perigosa é a droga, mais rigoroso e restritivo é o controle sobre seu mercado. Este modelo visa reduzir o uso problemático de drogas e os problemas causados pela criação de mercados ilegais. É adotado no mundo inteiro com relação ao álcool e tabaco – a não ser em países muçulmanos, onde o álcool geralmente é ilegal. O comércio de medicamentos sob prescrição pode ser incluído nesse caso (SALLES, 2015).

Figura 6: Slides sobre Drogas

Fonte: slides elaborados pela autora, baseado em Salles (2015).

- ✓ **Instrumentalização:** realizar a dinâmica do dado onde os estudantes terão que jogar o dado que terá as seguintes faces: 2 vermelhas, 2 verdes e 2 amarelas. Quando cair na face vermelha, o estudante sorteará uma afirmativa contra a legalização das drogas; quando cair na verde, o estudante sorteará uma afirmativa a favor da legalização das drogas; e, por fim, quando cair na amarela, o estudante sorteará uma situação hipotética no contexto das drogas seguida do questionamento “O que você faria?”. Ao sortear as questões, os estudantes darão sua opinião e a turma, de forma geral, será instigada a colaborar com o debate.

Argumentos Contrários

1. A desculpa mais comum dos defensores da legalização é de que fracassou a política mundial de combate às drogas. Ora, isso significaria acreditar que se a polícia não consegue cumprir sua missão, vamos então descriminalizar o máximo que pudermos para aliviarmos o sistema policial e penal. O Estado tem que rever suas estratégias de combate ao crime, inclusive o de tráfico internacional de drogas.
2. A tese de que algo proibido atrai mais a atenção do ser humano é outro engodo. Isso nos levaria ao raciocínio trágico de que todas as leis devem ser banidas para que as pessoas se comportem melhor, respeitando umas às outras.
3. O argumento de que a legalização forçaria o crime organizado a sair do comércio de drogas é outra falácia. Qualquer um sabe que existe mercado paralelo para tudo. E, no caso das drogas, os traficantes não abandonariam o segmento em hipótese alguma. Não apenas porque muitos deles são usuários e não se inscreveriam em nenhum programa oficial para adquirir sua cota, como assim também fariam muitos dependentes que não se sentem seguros em confessar o próprio vício.
4. Outra cascata é dizer que a legalização da droga permitiria a regularização do mercado e um preço muito mais baixo acabaria com a necessidade de se roubar para conseguir dinheiro para as drogas. Muitos usuários de drogas praticam crimes não por necessidade, mas apenas porque se sentem mais estimulados a emoções mais fortes, sobretudo com o uso de drogas pesadas como a cocaína. Crime também está associado à rebeldia.

5. Legalizar as drogas porque estaria aumentando o número de usuários também não cola. Se realmente está aumentando o número de usuários de drogas ilícitas - na contramão do combate à cultura do tabaco e do álcool - o Estado deveria investir tudo na prevenção contra o uso de drogas lícitas ou ilícitas até porque essa medida resultaria em menos gastos com o tratamento médico dessas pessoas.

6. A legalização não ajudaria a disseminar informação real sobre as drogas, em hipótese alguma. O que permitiria saber dos perigos das drogas é aumentar os investimentos e esforços em prol de uma cultura de prevenção, que não acontece nem em países desenvolvidos, que enfrentam esse problema exclusivamente sob o viés da repressão. Para cada dólar gasto em prevenção, os Estados Unidos põem três na repressão.

7. As políticas de redução de dano (o uso controlado de drogas injetáveis, por exemplo) são de fato importantes para se salvar vidas, mas não significam em hipótese alguma que servem para se legalizar as drogas. São coisas diferentes. Quem já dançou, tem direito a ser inserido nessa política para não morrer e matar outros.

8. Como defendem alguns, a legalização não restauraria o direito de se usar drogas responsabilmente porque drogas quase sempre não combinam com responsabilidade social e nem individual. Como não há dúvida de que drogas fazem mal à saúde, como alguém que as usa pode ser considerado responsável consigo mesmo? Há uma contradição nisso.

9. Se as prisões por uso de droga são claramente discriminatórias do ponto de vista social (um pobre com um quilo de maconha é preso por tráfico e um integrante de classe média, com a mesma quantidade, é preso por uso), o que é preciso é nivelar a punição ao crime ao menos com um processo judicial, como acontece hoje, e não se liberar todos.

10. Não existe absolutamente nenhuma evidência que a legalização esteja resolvendo o problema no mundo. E é óbvio que, para surtir algum efeito, uma política de legalização tem que ser globalizada. Não terá êxito algum se for aprovada apenas por um país porque o tráfico internacional de drogas, assim como outros tipos de crimes, hoje é totalmente globalizado e conectado (MOLETA, 2015, p.1)



Argumentos Favoráveis

1. A legalização colocaria fim a parte exageradamente lucrativa do negócio do narcotráfico, ao trazer para a superfície o mercado negro existente.
2. A legalização reduziria dramaticamente o preço das drogas, ao acabar com os altíssimos custos de produção e intermediação que a proibição implica. Isto significa que muita gente que é viciada nestas substâncias não teria que roubar ou prostituir-se com o fim de custear o atual preço inflacionado destas substâncias.
3. Legalizar as drogas faria com que a fabricação dessas substâncias se encontre dentro do alcance das regulações próprias do mercado legal. Abaixo da proibição, não existem controles de qualidade ou vendas de doses padronizadas.
4. O narcotráfico tem estendido seus tentáculos ao cenário político dos países. A legalização acabaria com esta nefasta aliança do narcotráfico e o poder político.
5. Legalizar as drogas acabaria com uma fonte importante de corrupção, a qual aumenta em todos os níveis do governo devido ao fato de uma substancial parte de toda a classe de autoridades tem sido compradas, subornadas e extorquidas por narcotraficantes, criando um grande ambiente de desconfiança por parte da população quanto ao setor público de forma geral.
6. Os governos deixariam de desperdiçar bilhões de dólares no combate as drogas, recursos que seriam destinados a combater os verdadeiros criminosos: os que violam os direitos dos demais (homicidas, fraudadores, estupradores, ladrões etc).
7. Com a legalização se acaba com o pretexto do Estado de violar nossas liberdades civis com o fim de levar a cabo esta guerra contra as drogas. Grampos telefônicos, buscas, registros legais, censura e controle de armas são atos que atentam contra nossa liberdade e autonomia como indivíduos.
8. Legalizar as drogas desativará a bomba-relógio em que se converteu a América Latina, especialmente os países andinos, América Central e México. Isto tem levado a uma intervenção crescente por parte dos EUA, país que desde quase mais de uma década vem fortalecendo sua presença militar na região de uma maneira nunca vista desde o fim da Guerra Fria.

9. Em uma sociedade onde as drogas são legais, o número de vítimas inocentes produzidas pelo consumo e venda de entorpecentes seria reduzido substancialmente. Grande quantidade de pessoas que nunca consumiram essas substâncias ou que não estão relacionadas com essa atividade se veem prejudicadas ou perdem a vida devido as “externalidades” da guerra contra as drogas: violência urbana, abusos policiais, confiscos de propriedades, revistas e buscas equivocadas, entre muitos outros casos.

10. A legalização conduzirá a sociedade a aprender a conviver com as drogas, tal e como tem feito com outras substâncias como o álcool e o cigarro. O processo de aprendizagem social é extremamente valioso para poder diminuir e internalizar os efeitos negativos que derivam do consumo e abuso de certas substâncias. (HIDALGO, 2014, p.1).

Situações Problemas

1. Você é mãe/pai de um adolescente de 13 anos e encontrou um cigarro de maconha na mochila do mesmo. O que você faria.
2. Sua filha começou a namorar um garoto que é um conhecido traficante da região. O que você faria?
3. Você é o (a) diretor (a) da escola e descobriu que o consumo de drogas entre os estudantes aumentou no último ano. O que você faria?
4. Na sua família tem uma pessoa viciada em crack. O que você faria?
5. Seu (sua) melhor amigo (a) começou a usar drogas. O que você faria?
6. Abriu uma boca em uma casa alugada na sua rua e o índice de criminalidade na região aumentou. O que você faria?
7. Você foi à uma festa e seus amigos lhe ofereceram drogas. O que você faria?
8. Você está enfrentando problemas financeiros graves na sua casa e um traficante conhecido seu lhe oferece trabalho na boca dele. O que você faria?
9. Você descobriu que seu irmão virou aviãozinho. O que você faria?
10. Na volta das férias você descobre que a maioria dos seus colegas estão usando crack e você começa a ser discriminado pelo grupo por não usar. O que você faria?

- ✓ **Catarse/Síntese:** sintetizar com os estudantes as ideias contrárias e favoráveis à legalização das drogas e solicitar que se posicionem dando suas opiniões.
- ✓ **Prática Social Final:** Montar com a turma um mural de recados com o tema “Legalização das Drogas”.



OFICINA 05: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

❖ Objetivo Geral

- ✓ • Desenvolver uma consciência crítica acerca do Programa Bolsa Família.

❖ Objetivos Específicos

- ✓ Debater sobre as falácias e a realidade envolvidas no Programa Bolsa Família (PBF);
- ✓ Refletir sobre a importância de programas de transferência de renda em comunidades pobres.

❖ Percurso didático:

- ✓ **Prática social inicial:** realizar um debate espontâneo buscando discutir o que os jovens já ouviram falar sobre o Programa Bolsa Família (PBF).
- ✓ **Problematização:** mostrar aos jovens algumas falas que se reproduzem socialmente através do senso comum e que se constituem como alguns das falácias mais difundidos que permeiam o imaginário popular no que se refere ao PBF e abrir espaço para discussão das mesmas apenas problematizando sem aprofundar nas questões.



Figura 7: Slide do PBF

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Gontijo (2014).

- ✓ **Instrumentalização:** apresentar o vídeo Severinas (2013) e em seguida deixar que falem livremente sobre suas impressões.



Figura 8: Severinas
Fonte: Severinas, Youtube, 2013.

- ✓ **Catarse/Síntese:** retomar as falácias relacionados ao PBF agora apresentando dados que ajudam a desmistificar as assertivas.



Figura 9: Slide do PBF
Fonte: elaborado pela autora, baseado em Gontijo (2014).



Figura 10: Slide do PBF
Fonte: elaborado pela autora, baseado em Gontijo (2014)



Figura 11: Slide do PBF
Fonte: elaborado pela autora, baseado em Gontijo (2014)

- ✓ **Prática Social Final:** : responder ao questionamento: se você fosse presidente e tivesse o poder de acabar com a pobreza, que medidas você tomaria?



CONCLUSÃO

Esta Sequência Didática partiu da realidade objetiva vivenciada por jovens moradores da periferia e se concentrou em temáticas voltadas ao universo de interesses desses sujeitos. As atividades aqui propostas foram pensadas com vistas a contribuir para a formação do pensamento crítico de forma que o estudante possa compreender o espaço que habita, bem como as possibilidades que o cercam.

Para isso, é fundamental a percepção da realidade como um processo e não como algo dado e, por isso, impossível de mudança (FREIRE, 2005). É esse pensamento que, se afastando da ingenuidade, consegue apreender os mecanismos que promovem as relações sociais, econômicas, culturais e de poder. Isso porque, “não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro” (idem, p. 95), tanto por parte dos educadores, quanto dos educandos.

Despertar na juventude pobre essa formação pressupõe o exercício constante do diálogo horizontalizado, ou seja, da responsabilidade que o educador assume em promover espaços onde o jovem possa construir seus conhecimentos de forma democrática. Essa oportunidade da fala e da escuta confere centralidade aos sujeitos envolvidos no processo educativo sem hierarquizá-los.

Sendo assim, ao final do desenvolvimento da sequência didática aqui proposta espera-se que os jovens despertem o interesse pelo questionamento, pela reflexão e pela apreensão crítica da realidade objetiva, para além das condições dadas. Compreendendo que a formação do pensamento crítico é um processo dialético que evolui continuamente, as atividades dessa sequência não se constituem como um momento estanque de formação, mas se revertem em uma possibilidade de contribuir qualitativamente para esse processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como faz) sequência didática? **Entrepalavras**, Fortaleza - ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.

BORDAT, Cristiano. **Etimologia da Palavra Trabalho**. Café com sociologia. 20 jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2YFcKPh>. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação – MEC. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de avaliação 2013-2016 Quadrienal 2017**. Brasília: MEC/CAPES, 2017a.

DAYRELL, Juarez. Uma diversidade de sujeitos. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. **Salto para o Futuro**, Brasília, ano 19, boletim 18, p. 16-23, nov. 2009.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michéle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e para o escrito: apresentação de um procedimento. In.: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. [Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 95-128.

EL empleo. Direção: Santiago Grasso. Argentina: Opusbou. **Youtube**. 30 abr. 2011. 6min24s. Disponível em: <https://bit.ly/1lrmDtR>. Acesso em: set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

GONÇALVES, Adair Vieira; FERRAZ, Mariolinda Rosa Romera. Sequências didáticas como instrumento potencial da formação docente reflexiva. **DELTA - Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. v. 32, n. 1, p.119-141, 2016.

GONTIJO, Barbara Avelar. Oito fatos sobre o Programa Bolsa Família. **Brasil Debate**, 20 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2HLz3w0>. Acesso em: ago. 2018.

HIDALGO, Juan Carlos. 10 razões para legalizar as drogas. **Jusbrasil**, 25 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2weNJya>. Acesso em: ago. 2018.

MOLETA, Paulo. 10 razões para não legalizar as drogas. **Jusbrasil**, 17 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2sQL9ML>. Acesso em: ago. 2018.

O QUE é a PEC 241/55? Plano Piloto. **Youtube**. 18 nov. 2016a. 6min19s. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=69vlnQaOiWE>. Acesso em: set. 2018.

O QUE é esquerda e direita? Plano Piloto. **Youtube**. 21 mai. 2016b. 5min51s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5xekqWxzHbc>. Acesso em: set. 2018.

SALLES, Marcos. Proibição, descriminalização e legalização: qual a diferença? **Politize!**, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2WhBKOV>. Acesso em: ago. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEDF. **Currículo em movimento da educação básica: pressupostos teóricos**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2YJjfR0>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Projeto Político Pedagógico: CEM 404 de Santa Maria**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2VVHGhf>. Acesso em: ago. 2018.

SEVERINAS. Direção: Eliza Capai. Agência Pública. **Youtube**. 04 out. 2013. 10min04s. Disponível em: <https://bit.ly/2EpvmuR>. Acesso em: ago. 2018.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.